



**EXTRATO DO TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**ESPÉCIE**

Termo de Prestação de Serviços nº 01-019/2019, oriundo do Pregão Eletrônico nº 010/2019, do tipo menor preço global, com base na lei federal 10.520/02, constante no Processo Administrativo nº 51.364/2017.

**PARTES**

MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL, e, de outro lado, TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 11.922.238/0001-90, neste ato, representado pelo Sr. MARCELO ALVES PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 103.096.567-61.

**OBJETO**

O objeto do presente termo é a prestação de serviços para gerenciamento do parque tecnológico à rede municipal de estabelecimento assistenciais de saúde do município de Duque de Caxias - RJ. O valor global deste Contrato é de R\$ 1.147.500,00 (um milhão, cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais). A despesa parcial deste Termo será coberta pela Nota de Empenho:

Nº	DATA	VALOR	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
430	05/06/2019	R\$ 669.375,00	1491	10	302	0018	2259	3.3.90.39.00	03

**DATA DE ASSINATURA:** Duque de Caxias, 05 de junho de 2019.

  
**JOSE CARLOS DE OLIVEIRA**  
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil



<b>Número do Processo Administrativo</b>	51.364/2017
<b>Modalidade da Licitação</b>	Pregão Eletrônico nº 010/2019
<b>Tipo de Licitação</b>	MENOR PREÇO GLOBAL
<b>Espécie do Contrato</b>	TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
<b>Data de assinatura</b>	05/06/2019
<b>Prazo</b>	12 (doze) meses
<b>Valor global</b>	R\$ 1.147.500,00 (um milhão, cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais)
<b>Número, data e valor do Empenho</b>	Nota de Empenho nº 430, emitida em 05/06/2019, no valor de R\$ 669.375,00
<b>Dados secundários</b>	O objeto do presente termo é a prestação de serviços para gerenciamento do parque tecnológico à rede municipal de estabelecimento assistenciais de saúde do município de Duque de Caxias - RJ

Espécie: TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Livro: 01/2019

Termo: 01-019/2019

Fls.: 163/172

TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**, ATRAVÉS DA **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL E**, DE OUTRO LADO **TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2019, DO TIPO **MENOR PREÇO GLOBAL**, COM BASE NA LEI FEDERAL 10.520/02, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, localizado na Alameda Dona Esmeralda, nº. 206 - Jardim Primavera, Duque de Caxias, RJ, inscrito no CNPJ nº. 29.138.328/0001-50, neste ato representado, por seu Prefeito **WASHINGTON REIS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 084.731.983, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 013.118.467-94, que delega competência através da Lei Municipal nº 2825 de 06/01/2017, ao Ilmo. Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil, **JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, médico, portador do CRM nº 5259462-4, e inscrito no CPF nº 142.808.681-15, e de outro lado, **TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.922.238/0001-90, localizada à Avenida Lobo Junior nº 812, AP. 812A e 812B Penha Circular, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.020-125, neste ato representado pelo Sr. **MARCELO ALVES PEREIRA**, brasileiro, casado, técnico em eletrônica, portador da cédula de identidade nº 020176255-6 expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF sob o nº 103.096.567-61, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº 51.364/2017, contendo as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – (Legislação Aplicável)**

Este Contrato rege-se por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei 10.520/2002, Lei Municipal nº 2825 de 06/01/2017, Decreto Municipal nº 4296, Decreto Municipal nº 6.776/2017, e, subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21/06/93, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Municipal nº 2.739/2015, e, no que couber, toda a legislação aplicável à espécie, bem como pelos preceitos de direito público, pela proposta da Contratada e pelas Cláusulas deste Contrato.



**Parágrafo Único** - A **CONTRATADA** declara conhecer todas as normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras dela constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – (Objeto)**

O objeto do presente termo é a **prestação de serviços para gerenciamento do parque tecnológico à rede municipal de estabelecimento assistenciais de saúde do município de Duque de Caxias - RJ**, conforme o Processo Administrativo nº 51.364/2017.

**Parágrafo Único** - A prestação de serviço será executada com obediência rigorosa, fiel e integral a todas as exigências, prazos, condições gerais e especiais, constantes do PROCESSO, bem como nos detalhes e instruções fornecidas pelo MUNICÍPIO.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – (Valor e Empenho)**

O valor global deste Contrato é de R\$ 1.147.500,00 (um milhão, cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais), conforme constante no Processo Administrativo nº 51.364/2017.

**Parágrafo Único** – A despesa **parcial** deste Termo, mencionada no *caput* desta CLÁUSULA, será coberta pela **Nota de Empenho**:

Nº	DATA	VALOR	UNIDADE	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	AÇÃO	ELEMENTO	FONTE
430	05/06/2019	R\$ 469.375,00	1491	10	302	0018	2259	3.3.90.39.00	03

**Parágrafo Segundo** – O complemento do valor global mencionado no *caput* desta Cláusula será pago mediante a emissão de nota de empenho complementar em momento oportuno.

#### **CLÁUSULA QUARTA – (Prazo)**

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura pelas partes, conforme exposto no Termo de Referência acostado aos autos do Processo Administrativo nº 51.364/2017.

#### **CLÁUSULA QUINTA – (Forma e Prazo de Pagamento)**

O pagamento será realizado em processo administrativo autônomo, obedecidas as regras estabelecidas em Decreto Municipal que regular a matéria, que no ato da assinatura será entregue, em cópia, à **CONTRATADA**.



**CLÁUSULA SEXTA – (Da Documentação para Pagamento)**

Para a efetivação do pagamento fica obrigada a apresentação dos seguintes documentos, conforme Anexo I do Decreto nº 6.427 de 27 de junho de 2014:

- I - Requerimento de pagamento emitido pelo prestador do serviço;
- II - Nota fiscal de serviço, fatura, ou recibo de prestação de serviço, informando o período de execução dos serviços;
- III - Termo de contrato e seus aditivos;
- IV - Autorização de Fornecimento – AFO quando couber;
- V - Nota de empenho;
- VI - AUTORIZO do ordenador da despesa pertinente;
- VII - Planilha contendo detalhamento dos serviços executados, apresentando o valor apurado no faturamento apresentado;
- VIII - Relatório do fiscal do contrato quanto a regular prestação dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de contrato (Lei nº 8.666 de 1993 – Art. 67);
- IX - Portaria do fiscal do contrato devidamente publicada;
- X - Folhas de pagamento distintas e o respectivo resumo geral, para cada estabelecimento da empresa contratante ou obra de construção civil, relacionando todos os segurados alocados na prestação de serviços (IN RFB nº 971 de 2009 – Art.134 – inciso I);
- XI - GFIP com as informações relativas aos tomadores de serviços, para cada estabelecimento da empresa contratante ou obra de construção civil, utilizando os códigos de recolhimento próprios da atividade, conforme normas previstas no Manual da GFIP (IN RFB nº 971 de 2009 – Art.134 – inciso II);
- XII - Certidões regulares de FGTS e CND.

**CLÁUSULA SÉTIMA – (Obrigações da CONTRATADA)**

São obrigações da **CONTRATADA**:

- I. Prestar serviços de manutenção dos equipamentos; gerir todas as atividades ligadas a substituição dos que apresentarem defeitos, inclusive em acessórios e partes móveis, visando manter toda a infraestrutura em funcionamento;
- II. Ser a única responsável por todos os ônus tributários inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual. Entendem-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;





- III. Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;
- IV. Credenciar junto à SMSDC o(s) funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos receberá(ao) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ao) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual;
- V. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da SMSDC;
- VI. Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da SMSDC ao serviço em questão;
- VII. Cientificar, imediatamente, a fiscalização da SMSDC qualquer ocorrência anormal ou acidente que verificar no serviço;
- VIII. Corrigir, prontamente, quaisquer erro ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da SMSDC;
- IX. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da SMSDC;
- X. Aceitar os acréscimo ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 65, §1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- XI. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo.
- XII. **A CONTRATADA** responderá direta e exclusivamente por eventuais danos ou erros, omissões causados pelos contratados ou subcontratados à **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil** ou a terceiros, quanto ao objetivo do Termo de Referência;
- XIII. **A CONTRATADA** deverá arcar com eventuais prejuízos causados ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução dos serviços contratados;
- XIV. **A CONTRATADA** deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Processo Administrativo próprio;
- XV. **A CONTRATADA** deverá cumprir todas as legislações pertinentes da Contratação e terão que apresentar em todas as mediações de pagamento, e anexar nos processos administrativos, juntamente com os relatórios de execução, todos os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da empresa.

**Parágrafo único – A CONTRATADA** obriga-se a cumprir com as demais cláusulas constantes no Termo de Referência.



**CLÁUSULA OITAVA – (Obrigações do MUNICÍPIO)**

São Obrigações do Município:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- II. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis;
- III. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- IV. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
- V. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação de serviços, no prazo e condições estabelecidos no edital e seus anexos;
- VI. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
  - c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
  - d) Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;
- VII. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
  - a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como o auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;





- b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, afim de verificar qualquer irregularidade;
  - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- VIII. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação de serviços no prazo de 30(trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

**Parágrafo único** – A **CONTRATANTE** obriga-se a cumprir com as demais cláusulas constantes no Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA NONA – (Fiscalização)**

A Fiscalização da execução do Contrato caberá à **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil** e, notadamente, ao Gerente a ser especificamente designado. Incumbe ao Gerente à prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, nas especificações dos serviços, neste Contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, inclusive atesto e planilhas de medição, observados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Primeiro** – A **CONTRATADA** declara aceitar os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Segundo** – A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante a municipalidade ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em co-responsabilidade do **MUNICÍPIO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – (Aceitação do Objeto do Contrato)**

A aceitação dos serviços previstos neste contrato se dará mediante a avaliação de dois servidores do **MUNICÍPIO** com matrícula, que constatarão se os mesmos atendem a todas as especificações contidas no Processo.





**Parágrafo Primeiro** – Na recusa de aceitação, por não atenderem às exigências do **MUNICÍPIO**, a **CONTRATADA** deverá refazer os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do **MUNICÍPIO** a partir da data da efetiva aceitação.

**Parágrafo Segundo** – O contratado está obrigado a refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou imperfeições resultantes de falhas de execução ou dos materiais empregados.

**Parágrafo Terceiro** – O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil pela qualidade dos serviços, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – (Força Maior)**

Os motivos de força maior que possam impedir a **CONTRATADA** de cumprir o prazo e condições do contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolizado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em greve, ou em ocorrência não comunicada. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– (Suspensão da Execução)**

É facultado ao **MUNICÍPIO** suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos diante de justificadas razões de interesse público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – (Sanções Administrativas)**

Em caso de inexecução contratual, total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, qualquer inadimplemento ou infração contratual, a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa de mora de até 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15(quinze) dias;
- c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.



**Parágrafo Primeiro** – A imposição das penalidades de advertência e de multa são de competência da **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil**, ouvido o Gerente do Contrato.

**Parágrafo Segundo** – As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do *caput* desta Cláusula podem cumular-se com as das alíneas “b” e “c” e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

**Parágrafo Terceiro** – As multas serão recolhidas ao Tesouro Municipal, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicação no Boletim Oficial do ato que as impuser, do qual a **CONTRATADA** terá conhecimento.

**Parágrafo Quarto** – Se no prazo previsto no parágrafo anterior não for comprovado o recolhimento da multa, será promovido o seu desconto da parcela retida ou da garantia. Mediante decisão da autoridade contratante. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua revelação por ato do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo Quinto** – As multas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pelas perdas ou danos decorrentes das infrações cometidas.

**Parágrafo Sexto** – A declaração da suspensão ou de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública somente será aplicada após a ciência da **CONTRATADA** e depois de desprovido recurso cabível ou precluso o prazo para oferecê-lo. O prazo da suspensão será fixado segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, e o interesse do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo Sétimo** – As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do *caput* desta Cláusula são da competência do Prefeito. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar considerará a natureza e a gravidade da falta cometida, as faltas e penalidades anteriores e os casos de reincidência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – (Rescisão Administrativa)**

A declaração de rescisão deste Contrato, em todos os casos em que ela é admissível, operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Boletim Oficial, aplicáveis à espécie os artigos 77 e seguintes da nº 8.666/93.

**Parágrafo Único** – Na hipótese de ser decretada a rescisão administrativa, por culpa da **CONTRATADA**, além das demais sanções cabíveis, ficará ele sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – (Recursos)**

Contra as decisões de que resultarem sanções administrativas a **CONTRATADA** poderá:





- a) recorrer à própria **Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil**;
- b) 1 – do ato que aplicar a pena de advertência, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência da decisão;  
2 – do ato que impuser as multas previstas nas alíneas “b” e “c” da Cláusula Décima Quarta, no prazo de 10 (dez) dias da ciência da decisão e mediante prévio depósito do seu valor, em moeda corrente;
- c) recorrer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à autoridade superior da decisão proferida nos recursos apresentados nos termos da alínea “a”, e do ato que declarar a rescisão do Contrato pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- d) pedir reconsideração da decisão que declarar a suspensão do direito ou a inidoneidade da **CONTRATADA** para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação da decisão.

**Parágrafo Único** – Os recursos e pedidos de reconsideração não têm efeito suspensivo, exceto se este lhe for atribuído pela autoridade competente para conhecê-lo em última instância.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – (Recurso ao Judiciário)**

Serão cobrados em processo os valores correspondentes às importâncias decorrentes de quaisquer sanções impostas à **CONTRATADA**, bem como os das perdas e danos e dos prejuízos sofridos pela Municipalidade em decorrência da má execução ou da inexecução do Contrato. Nesse caso a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, das custas judiciais e dos honorários de advogados, fixados desde logo em 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – (Foro)**

A **CONTRATADA** obriga-se por si e por seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições do presente Contrato, e elege para foro deste Termo o do Município de Duque de Caxias, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – (Publicação)**

O **MUNICÍPIO** obriga-se a promover a publicação em extrato, conforme art. 61, parágrafo único da Lei 8666 de 1993, no Boletim Oficial, dentro do Prazo de 20 (vinte) dias, contados da sua assinatura.



**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – (Fiscalização Financeira e Orçamentária)**

O **MUNICÍPIO** providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua publicação, sendo mantidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil e pela Procuradoria Geral do Município, cópias do Termo à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – (Assinaturas)**

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento por seus representantes em 06 (seis) vias de igual teor e forma estando cientes que eventual divergência entre o presente Contrato e o Termo de Referência acostado no processo administrativo respectivo, este último prevalecerá sobre aquele.

Duque de Caxias, 05 de junho de 2019.



**MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS**

**JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA**

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil



**TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA**

**MARCELO ALVES PEREIRA**

Representante Legal